

O PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DOS TERRITÓRIOS RURAIS EM ENTRE RIOS, PIAUÍ: UMA REFLEXÃO SOBRE AÇÃO PÚBLICA¹

Rosemberg Batista de Araújo, Sonia Magalhães

RESUMO

O presente artigo é uma análise da ação pública da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Território de Entre Rios- PI. Focaliza-se nele a elaboração e a execução do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - Infraestrutura (PRONAF/I) no Território citado. Do ponto de vista teórico conceitual, apoia-se no conceito de ação pública apresentado por Pierre Lascoumes & Patrick Galés, através do qual são identificadas representações, atores e instituições. Conclui-se que no Território Entre Rios, apesar de uma execução ineficiente do referido programa, o Colegiado Territorial avalia como positivo o processo de aprendizagem coletiva de seus integrantes e o acúmulo de experiência para ações futuras.

Palavras-chave: Território; Ação Pública; PRONAF Infraestrutura.

THE NATIONAL PROGRAM OF TERRITORIES DEVELOPMENT IN ENTRE RIOS, PIAUÍ STATE (BRAZIL): SOME NOTES ON THE PUBLIC ACTION

ABSTRACT

This article is an analysis of the public action of Secretary of Territorial Development, of the Agrarian Development Ministry, on the Territory of Entre Rios - Piauí State. One analyze the preparation and execution of the National Program of Support for Family Farming – Infrastructure (NPSFF/I) in the territory cited above. From the theoretical and conceptual point of view, is used the concept of public action presented by Pierre Lascoumes & Patrick Galés, identifying representation, actors and institutions involved in the referred action. It is concluded that in the territory of Entre Rios, although a inefficient execution of the NPSFF/I, the Territorial Board assesses as beneficial the process of collective learning of its members and the accumulation of experience for future actions.

Keywords: Territory; Public Action; PRONAF Infrastructure.

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará. E-mail: bergbatujo@gmail.com

Docente, Pesquisadora da Universidade Federal do Pará, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. E-mail: sm.mag@globo.com ou smag@ufpa.br

¹ Este artigo é um subproduto da dissertação de mestrado produzida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, atual Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará.

INTRODUÇÃO

O Território Entre Rios, no Piauí, é parte do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais (PRONAT), coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujas ações se desenvolvem desde 2003. Esse território é composto por 31 municípios, localizados no centro norte do Estado do Piauí. O PRONAT motivou a constituição, em 2005, de uma instância de gestão: o Colegiado Territorial, composto por membros da sociedade civil e do poder público dos municípios, em paridade numérica, e de instituições, também da sociedade civil e do poder público, de caráter territorial e estadual. Nesse espaço, são realizadas discussões, debates e proposições de ações, visando ao desenvolvimento do Território.

Neste artigo, analisaremos a destinação e a aplicação dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Infraestrutura (PROINF), definidos no âmbito do Colegiado, e o processo de construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), consideradas ações de desenvolvimento territorial, no período de 2003-2014.

A rigor, há diversas análises sobre o tema aqui proposto. A própria SDT/MDA, por meio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), destinou recursos para financiar projetos de pesquisa sobre os territórios inseridos no PRONAT e no Programa Territórios da Cidadania (PTC), constituindo as Células de Acompanhamento e Informações desses Programas (Camepão et al.; Nunes et al. e Witkoski et al., 2015)¹. Do ponto de vista dos resultados, podemos verificar que esses estudos apresentam, quando analisam os projetos do PROINF, os mesmos problemas que apresentaremos abaixo. Neste texto, porém, enfocaremos um “caso” ainda não estudado – o Território Entre Rios, no Piauí –, o processo

de definição dos recursos de forma detalhada e destacamos as relações entre o Colegiado Territorial e o PTDRS. Para isto, trabalhamos com o conceito de *ação pública*, apresentado por Pierre Lascoumes & Patrick Galés (2010), identificando atores, representações, instituições. Enfim, processos que concorrem para determinados resultados.

Os dados empíricos desta pesquisa foram construídos por meio de participação em diversas reuniões do Colegiado Territorial nos anos de 2011 e 2012², bem como por meio de entrevistas semiestruturadas com seus integrantes, e consulta aos dados produzidos no contexto do próprio Colegiado, como Planos de Desenvolvimento, atas de reuniões e outros.

Na primeira parte do texto, faremos um breve debate sobre ação pública e desenvolvimento territorial. Em seguida, apresentamos o processo e os comentários sobre a construção do (PTDRS), pois este permite mostrar a perspectiva do desenvolvimento construída pelo Colegiado, na qual está inserido o processo de definição de projetos com recursos do PROINF; e, por fim, evidenciaremos as circunstâncias que concorrem para a não execução dessas ações.

1. AÇÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

O PRONAT, neste texto, é analisado como uma ação pública nos termos propostos por Pierre Lascoumes e Patrick Galés (2010). Estes ressaltam que compreender uma ação pública na perspectiva da sociologia é destacar as interações, as trocas, as mudanças, as normas, os conflitos, percebendo o Estado como parte dessa relação. Tais autores distinguem o conceito de ação pública do conceito de política pública, ressaltando a diversidade de atores e de situações envolvidos no processo. Assim, consideram cinco elementos essenciais constitutivos de uma ação pública: a) *os atores*, indi-

2 Os relatórios dessas pesquisas estão disponíveis no Sistema de Informações Territoriais – SIT –, no site da SDT/MDA.

3 Trabalhei como articulador territorial, contratado pela ARIDAS, durante o ano de 2009, no Território Vale do Canindé, localizado no norte do Piauí, o que me permitiu ter contato com dados gerais do PRONAT, bem como do próprio Território Entre Rios, nas atividades de caráter estadual.

viduais ou coletivos, que são dotados de diversos recursos, certa autonomia, de estratégias diversas, capacidade de fazer escolhas, possuem como condicionantes seus interesses materiais e simbólicos (contexto sociocultural); b) *as representações*, quadros cognitivos, normativos, que dão significados para as ações; c) *as instituições*, normas, regulamentos, rotinas, procedimentos, que governam as interações; d) *os processos*, suas formas de interação e sua recomposição no tempo; portanto, resultados de múltiplas atividades de mobilização dos atores individuais ou coletivos; e e) *os resultados*, consequências, efeitos das ações. Esses elementos não estão isolados, mas, num processo de constante interdependência, de trocas, de relações. Dessa forma, a compreensão de uma ação pública se dá a partir da análise desses elementos em cada contexto particular.

Dessa perspectiva, destaca-se como constitutivo do PRONAT o conceito de desenvolvimento territorial que, como *representação*, subjaz e baliza a sua construção como ação pública. De fato, desenvolvimento possui múltiplos significados e está relacionado com perspectivas econômicas, sociais, culturais e políticas de cada época. Durante a maior parte do século XX, desenvolvimento foi visto como crescimento econômico, modernização e industrialização, tendo como agentes mobilizadores e executores, nos países chamados de Terceiro Mundo, os Estados Nacionais e as agências de desenvolvimento internacional. Essa perspectiva de desenvolvimento privilegiou o econômico. É um modelo que não destaca a participação, como destaca Caballero-Arias (2007, p. 139): “Esta, se ha realizado de fuera hacia adentro, sin participación o consentimiento de las comunidades rurales y sin tomar en cuenta los conocimientos locales”. E cujas proposições em geral são pensadas a partir da representação que os técnicos possuem das populações-alvo, na maioria das vezes diversa da realidade, situação dos grupos (Sardan, 1995).

Nesse sentido, um desafio no âmbito dos órgãos centrais é a elaboração de projetos abertos, com linhas gerais, mas que, num segundo momento, passariam por adaptações, com a participação dos atores sociais envol-

vidos, de forma a incorporar o contexto sociocultural destes, aliando desenvolvimento e território, na construção de outra *representação* – o desenvolvimento territorial. Este, nos termos propostos por Pecqueur (2005, p. 13), “designa todo um processo de mobilização que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação com uma cultura e um território”. Segundo este autor, o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto, mas é uma ação, uma construção coletiva, dinâmico, e inserido no tempo. Assim, ações públicas podem contribuir, estimular e mobilizar agentes para o desenvolvimento territorial. Também é uma estratégia de adaptação ao processo de globalização, bem como uma estratégia de potencialização das capacidades produtivas locais, como forma de diferenciação dos vizinhos antes de entrar na concorrência com outros territórios. Surge, então, a ação territorial que teria como característica principal a inovação, esta compreendida como a descoberta de potencialidades, de recursos novos e não apenas a otimização de recursos pré-existentes. Isto é, recursos específicos que “nascem de processos interativos”, como “estratégias de atores para resolver um problema inédito”, a partir de trocas, por meio de normas e costumes (Pecqueur, 2005, p. 13-15). Entendemos estes processos interativos como ações dos diversos atores sociais envolvidos.

Com base nessas representações, o PRONAT apresenta como perspectiva o desenvolvimento do território, e como uma das principais ações territoriais, o PTDRS, a partir do qual se definem os projetos do PROINF, que trabalharemos nas seções seguintes.

2. PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ENTRE RIOS

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável pode ser considerado uma das primeiras ações territoriais desenvolvidas no âmbito do PRONAT, depois da constituição do Colegiado Territorial. Construído por essa instância, esse Plano pretende ser uma propos-

ta de desenvolvimento para o território, partindo de um diagnóstico, elencando os limites e as potencialidades e propondo projetos considerados estruturantes para seu desenvolvimento. No entanto, os projetos propostos no Plano não possuem fonte de recursos garantida, com exceção do PROINF. Conforme será demonstrado a seguir, o PTDRS do Entre Rios, todavia, simplifica o diagnóstico e não apresenta a complexidade do território, com consequências para os próprios resultados almejados.

A primeira versão do PTDRS Entre Rios foi elaborada entre 2005 e 2007, pela Organização Não Governamental (ONG) Escola de Formação Paulo de Tarso (EFPT)⁴, com apoio técnico da assessoria territorial⁵ e de uma assessoria específica para conduzir as assembleias e sistematizar os dados, no caso, uma profissional formada em serviço social, com experiências em atividades voltadas para o meio rural.

O diagnóstico, apresentado nessa primeira versão do PTDRS, possui caráter geral e simplificado sobre o território, centrado em dados secundários construídos por instituições oficiais – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí Desenvolvimento (CEPRO) – com pouco aprofundamento sobre as relações socioculturais, tanto no sentido de perceber as semelhanças quanto às diversidades. No contexto político organizacional, apenas cita as organizações da sociedade civil, alguns movimentos e sindicatos, sem referência às relações entre esses e ao mesmo tempo sem destacar as diversas forças políticas presentes no território. Ainda, concentra seu foco no potencial econômico, nas atividades produtivas, tratando de forma marginal outras questões como saúde, educação, segurança pública e outras.

Uma segunda versão do PTDRS começou a ser elaborada em junho de 2009, mas

ainda não foi concluída. A EFPT foi substituída pela Associação Regional de Desenvolvimento Agroecológico Sustentável (ARIDAS)⁶. Tem início com a contratação de uma equipe de assessoria, que teria a função de realizar uma nova sistematização e atualização dos dados coletados e construídos sobre o território. Essa equipe foi dividida por áreas: econômica, social e ambiental, sendo contratados os seguintes profissionais, um economista, um assistente social, um sociólogo e um agrônomo. Esta versão do PTDRS deveria ter sido concluída em um ano, mas até o primeiro semestre de 2015, não havia sido lançado o documento oficial, estando previsto o lançamento para o segundo semestre deste ano. As causas do atraso são atribuídas à morosidade decorrente da execução dos convênios de custeio, às dificuldades técnicas da ONG responsável, aos conflitos nas relações entre as ONGs e o Governo do Estado, naquele momento, tendo como Governador Wilson Martins, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Este havia rompido com o então ex-governador José Wellington Barroso de Araújo Dias do Partido dos Trabalhadores (PT) e, conseqüentemente com a SDT/MDA. Além disso, no âmbito federal, o PRONAT deixa de ser prioritário e houve constantes mudanças de gestores e assessores territoriais e estaduais, tendo como consequência maior a inoperância das ONGs envolvidas no Estado.

Olhando para a versão ainda não lançada deste Plano, verificamos que o diagnóstico contempla não apenas dados econômicos, mas também outros dados significativos das diferentes dimensões para a compreensão da realidade territorial: geográfica (características físicas), social (educação, saúde, cultura), ambiental, econômica e política. A partir deste diagnóstico, é proposta uma visão de futuro, conforme eixos temáticos selecionados, e,

4 A EFPT atua há 20 anos na área de educação popular no Piauí, voltada principalmente para o meio rural, além de desenvolver outros trabalhos de assessoria e formação de agricultores familiares. Tem sede em Teresina e também escritório em Valença do Piauí. Com o MDA/SDT, fez convênio, inicialmente, voltado para o Território Entre Rios e depois envolvendo outros Territórios do Estado.

5 Técnico contratado pela EFPT, para desenvolver atividades de mobilização do colegiado, realização de reuniões, repassar as informações da SDT para o Colegiado, dentre outras funções.

6 ARIDAS é uma ONG que possui sede no município de Floriano – PI; suas ações estão voltadas para assessoria a agricultores familiares em diversos municípios de Estado.

nessa direção, são propostos programas correspondentes (Quadro 01).

Ainda merece destaque a forma generalizante com que é apresentada a planificação: são apresentados programas gerais a exemplo da área ambiental, apresentado no quadro 01, sem chegar aos projetos específicos que mostrem como será executada a ação. E, permanece a incerteza quanto à execução dos programas, pois o Plano não apresenta recursos disponíveis em nenhuma esfera de governo. Assim, a execução dependerá de acordos políticos futuros entre o Colegiado Territorial e as diversas esferas de governo. Para isso, seria necessário um Colegiado Territorial fortalecido, com capacidade não apenas para negociar com os governos federal, estadual e municipal, mas, sobretudo, favorecer as inter-relações entre eles – fato não observado, principalmente a partir de 2011, no Entre Rios. Então, nesse ano, conforme mencionado, à mudança na Presidência e Ministérios, segue-se também uma inflexão no PRONAT, que deixa de ser prioritário.

QUADRO 01: DIMENSÕES, EIXOS TEMÁTICOS E PROGRAMAS – PTDRS ENTRE RIOS (2015).

DIMENSÕES	EIXOS TEMÁTICOS	PROGRAMAS
Ambiental	Desenvolvimento com sustentabilidade ambiental	Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais
Sociocultural e educação	Saúde e Saneamento Ambiental	Saúde preventiva Ampliação da atenção básica em saúde Fortalecimento da gestão em saúde Universalização do saneamento ambiental
	Educação	Formação processual de docentes e dos profissionais de serviço e apoio escolar Fortalecimento da gestão educacional Qualificação da educação básica Infraestrutura física e recursos pedagógicos
	Cultura, Esporte e Lazer	Descentralização da cultura, esporte e lazer
Econômico e Produtiva	Desenvolvimento e Qualidade de Vida	Infraestrutura para o desenvolvimento Capacitação para o desenvolvimento Consolidação da reforma agrária Fortalecimento da organização produtiva e comercialização Inclusão das mulheres, jovens e idosos
Político Institucional	Democratização da gestão pública	Modernização da administração pública Fortalecimento da gestão social

Fonte: Elaboração dos autores a partir do texto não finalizado do PTDRS.

Do ponto de vista dos membros do Colegiado e de atores públicos entrevistados, tanto o processo de elaboração dos Planos como o texto apresentados são considerados positivos: a) os dois Planos são considerados participativos, pois os mesmos contaram com a participação dos membros do Colegiado Territorial no processo de elaboração e foram aprovados em assembleias do Colegiado; b) ambos foram sistematizados por consultores contratados, e, especialmente, o segundo incorpora a concepção de equipe multidisciplinar, teoricamente mais capaz de dar conta da complexidade do território; c) ambos trabalham com uma “abordagem territorial”, subjacente à construção da própria ação pública; d) ainda, o processo de discussão dos Planos permitiu ao Colegiado Territorial e aos técnicos envolvidos um maior conhecimento sobre as potencialidades e limites econômicos, sociais, culturais e políticos do Território. Reconhecem, todavia, que o Plano ainda carece de uma melhor apresentação das relações sociais e políticas no território.

3. PROINF NO ENTRE RIOS

O PROINF é a principal fonte de investimento do MDA/SDT. Com o PRONAT, os recursos do PROINF e sua aplicação passaram a ser definidos pelos Colegiados Territoriais. De fato, o PROINF, a cada ano, apresenta um manual que guia a definição dos projetos pelo Colegiado Territorial, bem como informa o orçamento disponível.

No Entre Rios, embora o Colegiado Territorial tenha sido criado em 2005, a definição de projetos tem início em 2003 e inicialmente era realizada pela Comissão Provisória de Implantação do Colegiado Territorial (CIAT). A seguir, descrevemos cronologicamente o processo de definição dos projetos, recursos, executores e situação.

Inicialmente, o PRONAT era uma ação capitaneada pelo MDA/SDT que delimitava a sua atuação em espaços chamados Territórios de Identidade. A partir de 2008, além do PRO-

NAT, foi instituído o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Como tal, passou a incorporar ações de outros ministérios, além do MDA. Nem todos os Territórios de Identidade se tornaram Territórios da Cidadania. Conforme orientações do PTC, esse enquadramento dependia do número de agricultores familiares, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e de outros indicadores que evidenciassem o nível de carência de ações públicas e o Entre Rios apresentava as características necessárias. Por fim, em 2011, no primeiro Governo da Presidente Dilma Rousseff, foi criado o Programa Territórios Brasil Sem Miséria que tinha a mesma concepção do PTC, mas enfatizava o “combate à miséria”. O Entre Rios não foi integrado a esse Programa. Observa-se, assim, constante mudança de nomes da ação pública, mantida a mesma representação, com pequenas alterações institucionais, mas com a exclusão e/ou substituição de atores e apresentando os mesmos problemas para efetivação das ações, pois o Colegiado Territorial encontrava-se enfraquecido. O aporte de recursos do PROINF e a correspondente denominação da ação pública, no decorrer deste período pode ser visualizado na tabela abaixo.

TABELA 01: APORTE DE RECURSOS DO PROINF, EM ÂMBITO NACIONAL, 2003 A 2014.

ANO	VALORES (EM REAIS)
2003 – 2005	300.000,00
2006 – 2007	400.000,00
2008 – 2010	1.200.000,00 (Territórios da Cidadania) 600.000,00 (Territórios de Identidade)
2011	300.000,00
2012	550.000,00 (Territórios Brasil Sem Miséria) 400.000,00 (Territórios da Cidadania Norte) 350.000,00 (Demais Territórios)
2013 e 2014	375.000,00 (Territórios de Identidade) 425.000,00 (Territórios da Cidadania)

Fonte: Elaborada a partir dos manuais do PROINF de 2003 – 2014.

Podemos observar aumento de valores de 2003 a 2010 e depois um declínio. No período de 2008 a 2010, o aumento é considerável, porque houve uma redefinição da ação, com a criação do PTC, ao qual o Entre Rios foi integrado, conforme já destacado, o que não representou uma alteração significativa ao Território. Depois, entre 2011 e 2014, o declínio é considerável, o que mostra o enfraquecimento da ação no âmbito do Governo Federal – esse é o início do primeiro Governo Dilma (2010-2014) –, os programas territoriais e suas ações deixam de ser prioridade. Conforme mencionado, foi criado o “Brasil sem miséria” e o Entre Rios não foi considerado elegível.

De acordo com os membros do Colegiado, as primeiras definições do PROINF foram uma simples divisão de recursos entre os municípios, cada um buscando “levar algo para seu município”, considerando que tanto os técnicos como os representantes das instituições no Colegiado não possuíam elementos para fazer uma discussão sobre o desenvolvimento territorial e sobre a viabilidade socioeconômica dos próprios projetos. Nesse momento inicial, não havia uma proposta de desenvolvimento territorial, nem os técnicos designados pelo Estado tinham conhecimento e experiência de execução de uma intervenção pública. De fato, repetia-se a prática advinda dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR), que consistia na simples discussão dos recursos do PROINF, com a participação de segmentos do poder público e sociedade civil (Araujo, 2002).

Com a constituição do Colegiado Territorial e a realização de Oficinas Territoriais ou Estaduais de caráter formativo, foi proposta uma metodologia (passos) para a destinação dos Recursos: 1º) reunião do Núcleo Diretivo⁷ (ND) do Colegiado Territorial, na qual seriam apresentados o manual do ano do PROINF,

7 O Núcleo Diretivo do Território é a instância de execução, acompanhamento das ações definidas pela plenária, de articulação política, mobilização dos demais agentes sociais e em alguns momentos de tomada de decisões quando delegadas pela plenária, ou quando as circunstâncias exigem. É composto por 16 pessoas eleitas entre os membros do colegiado, em Assembleia convocada para esse fim. Possui paridade numérica entre os membros do poder público e sociedade civil, sendo que cada segmento elege seus pares.

valores e prazos; 2º) o ND, em conjunto com o Assessor Territorial e a ONG que possui os recursos de custeio do Território montariam o calendário das atividades, as Oficinas de Aglomerado⁸ e a Assembleia Final. 3º) Nas oficinas de Aglomerado, os membros do Colegiado Territorial do Aglomerado apresentariam as propostas de projetos. Estes seriam discutidos, considerando a viabilidade econômica, social e de gestão (matéria-prima, instituição que ficará responsável e pessoas envolvidas) e haveria uma primeira priorização de projetos em cada Aglomerado. 4º) Realização de Assembleia Territorial, na qual seriam priorizados os projetos do Território para aquele ano, com base nos projetos aprovados nas Oficinas de Aglomerado. Nesse momento, seriam solicitados, além da proposta básica, no caso de construção, documentos de comprovação de posse do terreno, disponibilidade de água e energia. Considerando esses elementos, o Colegiado Territorial priorizaria os projetos. 5º) Os projetos priorizados seriam encaminhados ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável para serem apreciados. Dependendo da análise, seriam pedidas alterações e/ou aprovados. Os projetos aprovados no Conselho Estadual seriam encaminhados para a SDT, que também analisaria a proposta e poderia pedir alterações. Caso não houvesse pendências, seriam finalmente encaminhados para contratação na Caixa Econômica Federal (CEF), já indicando o responsável pela execução. Quando houvesse pendência, dependendo desta, seria encaminhado ou para o proponente, quando fosse uma questão de correção técnica; ou para o Colegiado quando não estivesse de acordo com as exigências propostas pelo MDA/SDT.

Os executores dos projetos do PROINF são sempre órgãos públicos de caráter municipal, regional, estadual ou federal. Inicialmente, de 2003 a 2005, os projetos ficaram a cargo da Secretária de Desenvolvimento

Rural do Estado (SDR), o órgão responsável pela implantação do PRONAT no Estado. Diante de inúmeras pendências no processo de execução dos projetos já definidos e contratados, o Colegiado Territorial deliberou que os projetos passassem a ser executados pela EMATER – PI, ficando esta responsável pelos projetos de 2006 a 2008. No entanto, com esse órgão também houve os mesmos problemas já apresentados pela SDR, na execução dos convênios. A partir de 2009, tem-se buscando órgãos federais, outras Secretarias de Estado ou Prefeituras Municipais para a execução dos projetos, mas, a realidade não se alterou, pois continuam a apresentar os mesmos problemas para contratação ou execução. Os problemas identificados foram: inadequação do projeto estrutural de engenharia, falta de comprovação de propriedade do terreno e perda dos recursos de 2015 pela não contratação, pois a SDR não apresentou documentos exigidos pela CEF.

Nas tabelas 02 e 03 abaixo, podem ser identificadas três situações dos projetos: a) executados, b) cancelado ou não contratado e c) em andamento.

TABELA 02: PROINF ENTRE RIOS – RECURSOS E EXECUÇÃO, 2003 A 2014.

ANO	EXECUTADO (R\$)	EM ANDAMENTO (R\$)	CANCELADO/NÃO CONTRATADO (R\$)	TOTAL (R\$)
2003	554.410,00	----	100.888,00	655.298,00
2004	491.360,72	----	39.498,25	530.858,97
2005	---	----	352.500,00	352.500,00
2006	140.000,00	----	224.951,00	364.951,00
2007	158.375,00	----	371.680,00	530.055,00
2008	----	137.000,00	596.000,00	733.000,00
2009	----	290.000,00	620.000,00	910.000,00
2010	455.400,00	----	507.233,79	962.633,79
2011	261.720,00	----	200.000,00	461.720,00
2012	848.000,00	----	----	848.000,00
2013	----	225.000,00	----	225.000,00
2014	----	632.968,00	----	632.968,00
TOTAIS	2.909.265,72	1.284.968,00	3.012.751,04	7.206.984,76

Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados coletados em trabalho de campo.

⁸ Aglomerados são subdivisões dos territórios, a partir dos seguintes critérios: proximidade geográfica, correspondente a um raio de 50 km; municípios que já apresentam transações comerciais, utilização do sistema de saúde e educação desmembrados; municípios próximos de cidades de referência do território; existência de malha viária que facilite o deslocamento da população entre os municípios.

TABELA 03: PROINF ENTRE RIOS –RECURSOS E EXECUTORES, 2003 A 2014.

EXECUTOR	EXECUTADO (R\$)	EM ANDAMENTO (R\$)	CANCELADO/ NÃO CONTRATADO (R\$)	TOTAL (R\$)
SDR	1.045.770,72	----	532.886,25	1.578.656,97
EMATER	120.000,00	----	720.680,00	840.680,00
PREFEITURAS	1.481.775,00	1.284.968,00	1.254.184,79	4.020.927,79
CONAB	----	----	395.000,00	395.000,00
FUNDAC ⁹	----	----	110.000,00	110.000,00
ADAPI	261.720,00	----	----	261.720,00
TOTAIS	2.909.265,72	1.284.968,00	3.012.751,04	7.206.984,76

Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados coletados em trabalho de campo.

Com relação aos projetos executados, tem-se a aplicação de R\$ 2.909.265,72, o que corresponde a 40,36% dos recursos. Destes, tem-se duas situações: a) projetos executados e funcionando, b) projetos executados e não funcionando, o que será trabalhado abaixo.

Com relação aos projetos executados que estão funcionando, estes são, em geral, relativos à aquisição de equipamentos, como carros, motos e equipamentos de informática, de georreferenciamento para os escritórios municipais da EMATER – PI, SDR e outras instituições que tenham como público-alvo os agricultores familiares, como a EFPT, que recebeu um veículo e outras ONGs que tinham convênio com a SDT/MDA. Com relação a equipamentos, destaca-se a aquisição de uma câmara fria comprada para a Cooperativa “Frutos Daqui”, do município de José Freitas. A Cooperativa é pré-existente ao PRONAT, produz polpas de diversas frutas, e o projeto veio potencializar sua atuação.

De fato, entre 2011 e 2014, o Colegiado priorizou projetos de aquisição de equipamentos (caminhão, retroescavadeira e outros tipos de veículos), voltados para o apoio ao transporte de produtos da agricultura familiar. Para uma visão geral dos projetos definidos pelo Colegiado Territorial, em anexo, apresentamos um quadro com os projetos, no período de 2003 a 2014.

Em relação aos projetos em andamento, tem-se cerca de 17,82% dos recursos ainda para serem executados, o que depende da atuação dos

membros do Colegiado no acompanhamento, execução e depois funcionamento dos mesmos.

No que tange aos não contratados ou cancelados, tem-se, no período de 2003 a 2011, a não aplicação de mais de 3 milhões de reais, o que corresponde a 41,82 do total e observa-se que a mudança de executor não representou maior eficiência na aplicação dos recursos e, conseqüentemente, realização de projetos. Vale observar, todavia, que, no período 2012-2014, todos os recursos destinados foram contratados.

O Colegiado Territorial sempre considerou que os valores do PROINF eram insuficientes para as demandas do Território, mas quando se considera a execução, pode-se perceber que mesmo esses escassos recursos não foram executados, o que tem tornado o PROINF um desmobilizador do PRONAT no Entre Rios. Essa situação não difere em outros Territórios no Estado do Piauí (Lima, 2010), bem como em outros territórios no Brasil (Piroux et al., 2013; Camepão et al.; Nunes et al. e Witkoski et al., 2015)¹⁰.

A principal justificativa apresentada para a não execução dos projetos é a falta de corpo técnico para a sua operacionalização, nos órgãos executores. Mesmo em 2011, de três projetos, dois não foram contratados. A incapacidade técnica aludida é parcialmente contornada pela compra de equipamentos – que demanda processo mais fácil e/ou mais ágil de contratação e execução.

Com relação às dificuldades, são destacadas fragilidades tanto no planejamento quanto na execução. No planejamento, despreparo do Colegiado e incompetência da assessoria técnica para tratar questões técnicas dos projetos, como, por exemplo, estimativa de custo de construções, de equipamentos, muitas vezes, propondo valores inferiores ao que seria necessário para a construção de um determinado empreendimento; falta de conhecimento sobre os trâmites legais, principalmente, das normas da CEF para a liberação dos recursos para execução das obras; e,

9 Fundação Cultura do Piauí, órgão do Governo do Estado responsável pelo fomento às atividades culturais no Estado, bem como pela administração e manutenção dos espaços culturais.

10 Para citar alguns, outros relatórios estão disponíveis no Sistema de Informações Territoriais – SIT –, no site da SDT/MDA.

problemas legais referentes à malha fundiária de muitos municípios, que repercutem sobre a legalidade da documentação apresentada – em geral falta de comprovação de propriedade de terrenos onde deveriam ser construídas edificações. Na execução, falta de corpo técnico nos órgãos públicos estaduais e municipais para operacionalizar a implantação dos projetos. Por fim, foi destacada pelos entrevistados a não priorização dessa ação pública, durante todo o período, por parte do Governo do Estado e Prefeituras e, dessa forma, a ausência de empenho para a resolução dos problemas operacionais e para a execução dos projetos. Ao mesmo tempo, o Colegiado Territorial não possui força política para pressionar os órgãos executores. A alternativa assumida pelo Colegiado foi substituir os executores e o tipo de projeto apresentado e não contratado.

No quadro abaixo, observa-se que muitos projetos estão parados.

QUADRO 02: PROJETOS PARALISADOS POR INADEQUAÇÃO ESTRUTURAL OU TÉCNICA.

ANO	DECISÃO	PROJETO – MUNICÍPIO	SITUAÇÃO / MOTIVOS DA NÃO UTILIZAÇÃO	PROPOSTA ATUAL DE SOLUÇÃO
2003	Reunião com representação territorial	Entrepasto de Mel – Monsenhor Gil	Local do empreendimento inapropriado.	Adaptar prédio para outra finalidade que beneficie os agricultores Familiares.
2006	Colegiado territorial	Fábrica de Cajuína – Pau D'arco	Local do empreendimento inapropriado (tinha sido proposto inicialmente para ser realizado no assentamento) e sem grupo interessado em utilizar o local.	Identificar grupo de interesse, adaptar, também, para a fabricação de doces, elaborar plano de consolidação da unidade, capacitações nas áreas de produção e comercialização.
2003	Reunião com representação territorial	Unidade de beneficiamento de farinha – José de Freitas	Empreendimento parado, devido a defeitos nos equipamentos e na estrutura da obra e insuficiência de matéria prima para mantê-la funcionando.	Diagnóstico geral e elaborar estudo de cadeia e plano de negócios.
2007	Colegiado territorial	Unidade de beneficiamento de laticínios – São Gonçalo	Empreendimento parado, falta grupo que assumia a gestão, bem como organização da cadeia leiteira para manter o funcionamento.	Organizar e capacitar grupo para assumir empreendimento, elaborar estudo da cadeia de produção leiteira e de gestão do empreendimento.
2003	Reunião com representação territorial	Campos de produção de alerícola – Tezeira, Nazaré e Lagoa Alegre	Alguns campos parados, os que estão funcionando o fazem de forma precária, problemas nos poços e no processo de comercialização.	Diagnóstico geral dos campos, organizar e capacitar os produtores e elaborar uma proposta para a comercialização dos produtos.
2006	Colegiado territorial	Unidade de beneficiamento de farinha – São Gonçalo	Empreendimento parado, deficiência dos equipamentos e problemas na gestão.	Diagnosticar os problemas e elaborar plano de gestão incluindo capacitações.
2004	Reunião com representação territorial	Matadouro público	Empreendimento parado, falta de equipamentos, deterioração pelo não uso e problema de gestão	Organizar grupo para gestão e acionar os executores para conclusão e reparações necessárias para o funcionamento.

Fonte: Construção dos autores, a partir dos dados coletados em trabalho de campo.

As razões apontadas pelos atores para esse fato podem ser classificadas em duas ordens:

- Problemas de gestão, atribuídos à falta de pessoas ou grupos que assumam os empreendimentos; à falta de articulação entre produtores com a finalidade de atender à demanda de produção de matéria-prima. Tem-se como exemplo o caso da unidade de beneficiamento de laticínios, no município de São Gonçalo, que não tem produção, nem grupo que assumam a unidade.
- Problemas técnicos, a saber, empreendimentos que foram construídos em local inapropriado; equipamentos inadequados ou já defasados; insuficiência de matéria-prima. O exemplo característico é o Entrepasto de Mel, localizado no município de Monsenhor Gil, que foi construído ao lado de uma fábrica de postes elétricos, tornando o local inapropriado para manipulação de alimentos.

Os membros do Colegiado atribuem essas e outras falhas técnicas, não ao seu próprio desempenho, mas a uma falha na própria ação pública que não previu as fragilidades, nem possibilitou ou incorporou, desde o início, formações e capacitações adequadas à execução da ação.

Por outro lado, embora reconheçam a desmotivação pela não execução ou paralisação de projetos, destacam como significativo o processo pedagógico ou de aprendizagem coletiva, desenvolvido pelos membros do colegiado das etapas, que envolve a execução de uma ação pública; ressaltam a experiência acumulada e elencam alguns passos ou encaminhamentos que somente agora sabem ser necessários: a) na definição de projetos, considerar o contexto; por exemplo, analisar se possui produção suficiente, como está a organização dos produtores, quem irá assumir o projeto depois de executado, que formações e capacitações são necessárias, o que os membros do colegiado chamaram de “viabilidade econômica e social”; conhecer a documentação legal e técnica do projeto e/ou conhecer

e seguir os trâmites e exigências legais, como, por exemplo, qual a forma de apresentação do projeto, os documentos exigidos para liberação de recursos, a documentação do terreno, legalização, disponibilidade de água e energia elétrica; c) na execução, acompanhar todas as etapas, ao mesmo tempo, buscando articular com o grupo ou grupos que vão assumir a gestão do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscou-se analisar uma ação pública, o PRONAT, no Território Entre Rios, a partir do exame dos projetos do PROINF, sua definição e execução, teoricamente definidos no âmbito do PTDRS.

Na primeira versão do PTDRS, observa-se um diagnóstico limitado, centrado na economia rural do território. A segunda versão, ainda não concluída oficialmente, apresenta diferentes dimensões para a compreensão da realidade territorial: geográfica (características físicas), social (educação, saúde, cultura), ambiental, econômico e político e uma visão mais complexa de desenvolvimento territorial, que subjaz à sua elaboração. No entanto, ainda é generalizante e não apresenta garantia de execução, pois não conta com recursos disponíveis e sua execução dependeria de acordos futuros entre o Colegiado Territorial e as diversas esferas de governo. Dessa perspectiva, o PTDRS, como quadro cognitivo da ação pública, nos termos propostos por Lascoumes e Galés (2010), não cumpriu efetivamente o seu papel, embora tenha produzido o efeito de proporcionar, ao longo das discussões para sua elaboração, um processo de aprendizagem coletiva sobre as potencialidades e limites econômicos, relações sociais, culturais e políticas do Território.

Constatamos também que a destinação e a execução dos recursos do PROINF, no Entre Rios, não tiveram os resultados esperados, pois a maioria nem foi executada e os que foram construídos não estão funcionando. Seja por falhas no processo de definição, seja por

falhas no processo de execução, são evidentes a fragilidade técnica e a desmobilização política dos atores envolvidos na territorialização da ação pública. Projetos não contratados e projetos executados/parados, condensam a maioria dos recursos destinados. Falhas na definição, ausência de gestão nas fases de implementação e execução resumem a análise que se fez da situação dos projetos.

De acordo com relatórios das Células de Acompanhamento e Informações, observa-se que a realidade do município de Entre Rios não é singular. De um modo geral, o PROINF nos Territórios, além de problemas na contratação, também teve problemas na execução, como no Território Açú/Mossoró, no Rio Grande do Norte, onde a maioria dos projetos, não estava funcionando, conforme relatório de pesquisa da Célula desse Território realizada entre os anos de 2010 e 2011 (Nunes et al, 2015). Piraux et al. (2013), tratando dos Territórios da Cidadania no Pará, destaca que dos 65 projetos aprovados, somente 33 estavam como normais ou concluídos. No Piauí, Lima (2010) apresenta problemas semelhantes nos projetos do PROINF do Território dos Carnaubais.

Por outro lado, com base nessas constatações, o esquema de ação pública proposto por Lascoumes e Galés (2010) permite-nos perceber que os resultados de projetos não podem ser destacados como único elemento da ação pública. É necessário resgatar os processos por ela engendrados, e, dessa perspectiva, tornam-se visíveis outros resultados, como, por exemplo, aqueles apontados pelos integrantes do Colegiado Territorial: aprofundamento sobre as características do território; aprendizagem sobre a execução de uma ação pública; reflexão sobre o desenvolvimento territorial, que, embora não materializada nos resultados, é desenvolvida no próprio processo de definição e acompanhamento dos projetos.

Recebido em: 10/03/2015

Aprovado em: 15/05/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Rosemberg Batista de. *Conselhos municipais de desenvolvimento rural, um perfil: os casos de Urucuá e Bom Jesus*. Relatório final de pesquisa, UFPI, 2004. 42p.

_____. *Território, atores, participação e processos: um estudo sobre Entre Rios, Estado do PI*. 2012. 142 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciências Sociais). PPGCS/UFPA: Belém, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. *Resolução nº 37 de 16 de fevereiro de 2004*. Estabelece procedimentos operacionais das ações de Assistência Financeira a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços Públicos Municipais no apoio ao desenvolvimento de territórios rurais, por intermédio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA Disponível: <http://www.mda.gov.br/portal/condraf/arquivos/index?folder_id=59_27850>. Acesso em 10/08/2011.

_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (SDT). *Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil* Documentos Institucionais, n.1 março 2005a.

_____. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Guia para o Planejamento. Documentos Institucionais, n.3 novembro 2005b.

_____. Decreto nº38 de 25 de fevereiro de 2008. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10/08.2011.

CABALLERRO-ARIAS, H. (Post)desarrollo, antropología y estado en Venezuela: La nueva lógica de la participación local. *Espacio Abierto*, v.16, n. 1, p. 132-162, 2007.

CAMEPÃO, Patrícia; QUEIROZ, Adriane e

RAMOS, Vilma. *Relatório da Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Reforma*, MS. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra037.pdf>>, Acesso em 01/02/2015.

LASCOUMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. *Sociologie de l'action publique*. Paris: Armand Colin, 2010. 127p.

LIMA, Jascira da Silva. *A face inovadora das políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise da política de desenvolvimento territorial no estado do Piauí*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFCG: Campina Grande, 2010.

NUNES, Emanuel Márcio; SILVA, Márcia Regina Farias e GONDIM, Maria de Fátima Rocha. *Relatório da Célula de Acompanhamento e Informação do Território da Cidadania Açul Mossoró*, RN, 2011 Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra001.pdf>>, Acesso em 01/02/2015.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. In: *Revista Raízes*, vol. 24, nºs 01 e 02, p. 10 – 22, jan-dez 2005. Disponível: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf> Acesso dia 10/02/2011.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. *O território do desenvolvimento e desenvolvimentos dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e Colômbia*. 2007. 302 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação sobre as Américas) CEPPAC/UNB: Brasília, 2007.

PIRAUX, Marc; ASSIS, William Santos; RODRIGUES, Valdir da Cruz; SILVA, Nilba Nilza Monteiro e ALVES, José Wilson. Um olhar sobre a diversidade dos Colegiados dos Territórios da Cidadania. In: *Novos Cadernos do NAEA*, Belém. v. 16, n. 1, p. 101-124, jun. 2013.

SABOURIN, Eric. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? In: *Revista Sociedade e Estado*. v. 22, n. 3, set./dez. 2007. p. 715-751. Acesso em 05/01/2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/09.pdf>>.

SARDAN, J. P. O. Stéréotypes, idéologies, et représentations. In: *Antropologie et développement: essai em sócio-antropologie du changement social*. Marseille: Apad-Karthala, 1995. p. 54-75.

TEISSETRENC, Pierre. Ambientalização e territorialização: situando o debate no contexto da Amazônia brasileira. In: *Revista Antropolítica*. Niterói, N. 29, pp. 153-179, 2010.

WITKOSKI, Antônio Carlos; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto e MIGUEZ, Samia Feitosa. *Relatório analítico Território Rural Baixo Amazonas – AM*. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra017.pdf>>, Acesso em 01/02/2015.

ANEXO 01

QUADRO COM OS PROJETOS DEFINIDOS NO ENTRE RIOS ENTRE 2003 E 2014

PROJETO	EXECUTOR	SITUAÇÃO
2003		
Implantação de unidade de transferência de tecnologia (UTT) em manejo de caprinos e ovinos.	SDR	Cancelado
Construção de centro de engorda e tratamento de caprinos.	SDR	Cancelado
Implantação de uma unidade de horticultura orgânica.	SDR	Cancelado
Construção de entreposto de processamento de mel com capacidade de 200 T/ANO.	SDR	Executado
Construção e aquisição de equipamentos para unidade de beneficiamento e empacotamento de farinha.	SDR	Executado
Implantação de unidade de produção e processamento de olerícola com perfuração de poços tubulares, kits de irrigação e galpão de armazenamento.	SDR	Executado
Kit de informática (computadores, impressoras e nobreak, aquisição de máquina fotográfica digital e filmadora, aquisição de veículo utilitário, cabine dupla e tração 4x4.	SDR	Executado
2004		
Implantação de um entreposto de comercialização dos produtos da agricultura familiar	SDR	Executado
Instalação de unidade de processamento de frutas	SDR	Executado
Instalação de câmara frigorífica para condicionamento de polpa de frutas	SDR	Executado
Reequipar com aparelhos modernos casas de farinha Miguel Alves e Curralinhos	SDR	Executado
Implantação de um campo agrícola	SDR	Executado
Aquisição de 07 microcomputadores, dois notebooks, uma câmera fotográfica e uma câmera filmadora	SDR	Executado
Aquisição de dois automóveis	SDR	Executado
2005		
Implantação de uma unidade de transferência de tecnologia (UTT).	SDR	Cancelado
Aquisição de equipamentos para entreposto de mel.	SDR	Cancelado
Recuperação de cinco casas de farinha comunitárias e aquisição de equipamentos.	SDR	Cancelado
Perfuração e montagem de 05 poços tubulares para o projeto cinturão verde.	SDR	Cancelado
Implantação de sistema de irrigação em 05 ha de campo agrícola.	SDR	Cancelado
Construção de 08 matadouros.	SDR	Cancelado
2006		
Implantação de unidade de transferência de tecnologia (UTT)	Prefeitura de Miguel Alves	Cancelado
Reestruturação de fábrica de ração - cooperativa de produção São Pedro	Prefeitura de São Pedro	Cancelado
Construção de marcenaria e aquisição de equipamentos para produção de colméias e insumos	Prefeitura de São Pedro	Cancelado
Implantação de unidade de transferência de tecnologia (UTT) para apicultura	EMATER	Cancelado
Reestruturação de uma casa de farinha	Prefeitura de São Gonçalo	Executado

Construção e aquisição de equipamentos de mini indústria de doces e cajuína alto longá	Prefeitura de Alto Longá	Cancelado
Reestruturação de campo agrícola nazária	SDR	Cancelado
Implantação de um viveiro de mudas ct emater	EMATER	Cancelado
Aquisição de 08 motocicletas. E 14 computadores com impressoras	EMATER	Executado
2007		
Reestruturação com ampliação da fábrica de ração São Pedro.	Prefeitura de São Pedro	Executado
Implantação de unidade de transferência de tecnologia (UTT) Escola Agrotécnica - José De Freitas.	EMATER	Cancelado
Implantação de banco para produção de rainha.	Prefeitura de São Pedro	Executado
Implantação e aquisição de equipamentos para agroindústria de beneficiamento de castanha e fabricação de cajuína.	EMATER	Cancelado
Aquisição de móveis, equipamentos e transporte para Núcleo Diretivo e EMATER.	EMATER	Cancelado
Construção de centro de formação de agricultores/as familiares.	EMATER	Cancelado
Recuperação e aquisição de equipamentos de uma pausterizadora de leite.	Prefeitura de São Gonçalo	Executado
2008		
Aquisição de transporte tipo furgão para cooperativa de beneficiamento de castanha.	CONAB	Cancelado
Aquisição de um carro utilitário, 02 kits de feira itinerante e freezer para comercialização de peixe.	CONAB	Cancelado
A estruturação de laboratório de classificação de farinha.	CONAB	Cancelado
Construção de espaço de comercialização de produtos da agricultura familiar.	EMATER	Cancelado
Construção de marcenaria para confecção de colmeia e aquisição de equipamentos.	Prefeitura de São Pedro	Em andamento
Construção de estrutura física da agroindústria de frutas - Frutos Daqui.	EMATER	Cancelado
Construção de unidade de produção de cajuína e aquisição de equipamentos.	EMATER	Cancelado
Construção de unidade de produção de cajuína e aquisição de equipamentos em Barro Duro.	EMATER	Cancelado
Construção de unidade de produção de cajuína e aquisição de equipamentos em São Pedro	Prefeitura de São Pedro	Em andamento
Construção do centro de referência afropindorâmico	FUNDAC	Cancelado
2009		
Unidade de aproveitamento do pseudofruto do caju	PM de Amarante	Em andamento
Aquisição de caminhão para apoiar a comercialização de polpa de fruta	CONAB	Cancelado
Reforma de espaço de comercialização de Lagoa do Piauí	PM de Lagoa do Piauí	Em andamento
Ampliação do mercado de União complementação 70.000,00	EMATER	
Aquisição de kit de feira orgânica	CONAB	Cancelado
Reforma e ampliação das EFA de Miguel Alves	Prefeitura de Miguel Alves	Cancelado
Reforma e ampliação das EFA de São Pedro	Prefeitura de São Pedro	Cancelado
2010*		
Realização de obras e aquisição de equipamentos para Centro de Formação da Agricultura Familiar.	Prefeitura de Monsenhor Gil	Executado
2011*		
Aquisição de veículos e equipamentos para a reestruturação do Serviço de Classificação Vegetal do Estado do Piauí.	ADAPI	Executado
2012		
Aquisição de uma patrulha agrícola para estruturação da secretaria municipal de agricultura do município de Água Branca.	Prefeitura de Água Branca	Executado
Aquisição de uma patrulha agrícola para estruturação da secretaria municipal de agricultura do município de Hugo Napoleão.	Prefeitura de Hugo Napoleão	Executado
Apoio técnico e social a agricultores familiares residentes no município de Monsenhor Gil.	Prefeitura de Monsenhor Gil	Executado
Aquisição de 01 veiculo tipo caminhonete moveis e equipamentos de informática para estruturação da Secretaria Municipal de Agricultura de São Gonçalo.	Prefeitura de São Gonçalo	Executado
Aquisição de um caminhão com carroceria.	Prefeitura de Regeneração	Executado
2013		
Construção instalação da central de armazenamento e de comercialização do peixe.	Prefeitura de Demerval Lobão	Em andamento
2014		
Aquisição de veículos para Agricultura Familiar	Prefeitura de Altos	Em andamento
Promover o desenvolvimento do território com a introdução de novos equipamentos e infraestruturas que sejam capazes de alavancar o processo de organização coletiva, a produção sustentável e o aumento da qualidade de vida das comunidades de agricultores familiares, no município de Curralinhos/PI	Prefeitura de Curralinhos	Em andamento

*Sem os projetos cancelados.